UNIVERSIDADE DE LISBOA

Reitoria

Despacho n.º 15 474/2006

Nos termos do disposto nos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 195/86, de 17 de Julho, nos n.ºs 5 e 6 do artigo 19.º da Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro, e no artigo 45.º dos Estatutos da Universidade de Lisboa, nomeio vice-reitor da Universidade de Lisboa o Prof. Doutora António Manuel Barros Gomes Vallêra, professor catedrático da Faculdade de Ciências desta Universidade, com efeitos a 23 de Maio de 2006.

23 de Maio de 2006. — O Reitor, *António Sampaio da Nóvoa*.

Despacho n.º 15 475/2006

Nos termos do disposto nos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 195/86, de 17 de Julho, nos n.ºs 5 e 6 do artigo 19.º da Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro, e no artigo 45.º dos Estatutos da Universidade de Lisboa, nomeio vice-reitora da Universidade de Lisboa a Prof.ª Doutora Maria Inês Pedrosa Silva Duarte, professora catedrática da Faculdade de Letras desta Universidade, com efeitos a 23 de Maio de 2006.

23 de Maio de 2006. — O Reitor, *António Sampaio da Nóvoa*.

Despacho n.º 15 476/2006

Nos termos do disposto nos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 195/86, de 17 de Julho, nos n.ºs 5 e 6 do artigo 19.º da Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro, e no artigo 45.º dos Estatutos da Universidade de Lisboa, nomeio vice-reitor da Universidade de Lisboa a Prof.ª Doutora Maria Amélia Botelho Paulo Martins Campos Loução, professora catedrática da Faculdade de Ciências desta Universidade, com efeitos a 23 de Maio de 2006.

23 de Maio de 2006. — O Reitor, *António Sampaio da Nóvoa*.

Despacho n.º 15 477/2006

Nos termos do disposto nos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 195/86, de 17 de Julho, nos n.ºs 5 e 6 do artigo 19.º da Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro, e no artigo 45.º dos Estatutos da Universidade de Lisboa, nomeio pró-reitor da Universidade de Lisboa o Prof. Doutor António Emílio Peixoto Vaconcelos Tavares, professor catedrático da Faculdade de Medicina Dentária desta Universidade, com efeitos a 23 de Maio de 2006.

23 de Maio de 2006. — O Reitor, *António Sampaio da Nóvoa*.

Despacho n.º 15 478/2006

Nos termos do disposto nos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 195/86, de 17 de Julho, nos n.ºs 5 e 6 do artigo 19.º da Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro, e no artigo 45.º dos Estatutos da Universidade de Lisboa, nomeio pró-reitora da Universidade de Lisboa a Doutora Ana Margarida Seabra Nunes de Almeida, investigadora principal do Instituto de Ciências Sociais desta Universidade, com efeitos a 23 de Maio de 2006.

23 de Maio de 2006. — O Reitor, *António Sampaio da Nóvoa*.

Despacho n.º 15 479/2006

Nos termos do disposto nos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 195/86, de 17 de Julho, nos n.ºs 5 e 6 do artigo 19.º da Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro, e no artigo 45.º dos Estatutos da Universidade de Lisboa, nomeio pró-reitora da Universidade de Lisboa a Prof.ª Doutora Maria Luísa da Conceição Duarte, professora associada da Faculdade de Direito desta Universidade, com efeitos a 23 de Maio de 2006.

23 de Maio de 2006. — O Reitor, *António Sampaio da Nóvoa*.

Despacho n.º 15 480/2006

Nos termos do disposto nos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 195/86, de 17 de Julho, nos n.ºs 5 e 6 do artigo 19.º da Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro, e no artigo 45.º dos Estatutos da Universidade de Lisboa, nomeio pró-reitor da Universidade de Lisboa o Prof. Doutor Joaquim Alexandre Ribeiro, professor catedrático da Faculdade de Medicina desta Universidade, com efeitos a 23 de Maio de 2006.

23 de Maio de 2006. — O Reitor, *António Sampaio da Nóvoa*.

Despacho n.º 15 481/2006

Nos termos do disposto nos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 195/86, de 17 de Julho, nos n.ºs 5 e 6 do artigo 19.º da Lei n.º 108/88, de 24 de Setembro, e no artigo 45.º dos Estatutos da Universidade de Lisboa, nomeio pró-reitor da Universidade de Lisboa o Prof. Doutor José Pedro Felripa Sousa Dias, professor associado da Faculdade de Farmácia desta Universidade, com efeitos a 23 de Maio de 2006.

23 de Maio de 2006. — O Reitor, *António Sampaio da Nóvoa*.

Faculdade de Belas-Artes

Despacho n.º 15 482/2006

Por despacho do presidente do conselho científico de 26 de Junho de 2006, proferido por delegação, conforme publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 186, de 13 de Agosto de 1998, foi concedida a equiparação a bolseiro fora do País ao licenciado Cristóvão de Faria Costa Valente Pereira, assistente, além do quadro, desta Faculdade, pelo período de um ano, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

26 de Junho de 2006. — O Presidente do Conselho Directivo, *Miguel Arruda*.

Faculdade de Letras

Despacho (extracto) n.º 15 483/2006

Por despacho da presidente do conselho científico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa de 21 de Junho de 2006, proferido por delegação, conforme publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 186, de 13 de Agosto de 1998, foi concedida dispensa de serviço:

À mestre Ângela Maria Valadas Fernandes, assistente — no período de 25 de Setembro de 2006 a 31 de Julho de 2007.

Ao mestre Bernardo Machado Mota, assistente — no período de 25 de Setembro de 2006 a 31 de Julho de 2007.

À licenciada Catarina Ferrer Dias Viegas Taveira, assistente — no período de 25 de Setembro de 2006 a 31 de Julho de 2007.

28 de Junho de 2006. — A Secretária, *Maria Teresa Campos e Matos*.

Despacho (extracto) n.º 15 484/2006

Por despacho da presidente do conselho científico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa de 21 de Junho de 2006, proferido por delegação, conforme publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 186, de 13 de Agosto de 1998, foi concedida equiparação a bolseiro:

À licenciada Cláudia Jeannette Fischer, leitora — no período de 25 de Setembro de 2006 a 31 de Julho de 2007.

À licenciada Paula Alexandra Carvalho Alves Rodrigues Horta, leitora — no período de 25 de Setembro de 2006 a 31 de Julho de 2007.

28 de Junho de 2006. — A Secretária, *Maria Teresa Campos e Matos*.

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Reitoria

Despacho n.º 15 485/2006

Por despacho do vice-reitor de 23 de Junho de 2006, proferido por delegação de competências, foram nomeados os docentes a seguir indicados para fazerem parte do júri do concurso para provimento de um lugar de professor associado na disciplina de Economia Ecológica do grupo de disciplinas de Gestão do Ambiente e Economia Ecológica da Secção de Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia desta Universidade:

Presidente — Reitor da Universidade Nova de Lisboa.

Vogais:

Doutor Francisco da Graça Nunes Correia, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor Luís António de Castro Valadares Tavares, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor Manuel Vítor Moreira Martins, professor catedrático do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

Doutor Rui Manuel Baptista Ganho, professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Doutora Maria Rosa Santos de Paiva, professora catedrática da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Doutor Fernando José Pires Santana, professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Doutor António da Nóbrega de Sousa da Câmara, professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

23 de Junho de 2006. — O Vice-Reitor, *José Rueff*.

UNIVERSIDADE DO PORTO

Reitoria

Deliberação n.º 1041/2006

Por deliberação da secção permanente do senado, em reunião de 15 de Março de 2005, sob proposta do conselho científico da Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto, foi aprovada a adequação do curso de licenciatura em Design de Comunicação — Arte Gráfica da Faculdade de Belas-Artes desta Universidade ao regime jurídico fixado pelo Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, passando a designar-se por curso de licenciatura em Design de Comunicação da Faculdade de Belas-Artes desta Universidade, sujeito ao seguinte regulamento:

Regulamento do curso de Design de Comunicação da Faculdade de Belas-Artes da Universidade do Porto

1.º

Criação do curso

A Universidade do Porto, através da Faculdade de Belas-Artes, confere o grau de licenciado em Design de Comunicação.

2.º

Organização do curso

O curso de licenciatura em Design de Comunicação, adiante simplesmente designado por curso, tem uma duração normal de oito semestres lectivos e organiza-se segundo a estrutura curricular anexa.

3.º

Órgãos de gestão

1 — A gestão do curso será assegurada pelo director do curso, pela comissão científica e pela comissão de acompanhamento.

2 — Os órgãos de gestão do curso são constituídos nos termos dos estatutos da Faculdade.

3 — Enquanto não for possível constituir as comissões científica e de acompanhamento, conforme estipulado nos números anteriores, as suas competências serão atribuídas, respectivamente, ao conselho científico e ao conselho pedagógico da Faculdade.

4.º

Créditos

1 — O curso adopta o sistema europeu de transferência de créditos (ETCS).

2 — O regime de cálculo dos créditos obedece ao disposto no regulamento de aplicação de créditos curriculares aos cursos conferentes de grau da Universidade do Porto.

3 — A conclusão do curso obriga à realização de um mínimo de 240 créditos.

4 — O número máximo de créditos a realizar pelo estudante é de 36 por semestre lectivo ou 72 por ano lectivo.

5 — Poderão ser realizados até 24 créditos excedentários ao longo do curso.

6 — Os créditos excedentários não obedecem a qualquer tipo de restrição, podendo ser também realizados noutras unidades orgânicas da Universidade do Porto ou em instituições universitárias congêneres, no País ou no estrangeiro.

7 — De entre as disciplinas optativas de escolha livre previstas no plano de estudos poderão ser realizados até 12 créditos noutras unidades orgânicas da Universidade do Porto ou em instituições universitárias congêneres, no País ou no estrangeiro.

8 — O reconhecimento de créditos realizados fora da Universidade do Porto obriga ao registo e aprovação pela comissão científica do curso.

9 — A inscrição nas unidades curriculares de projecto ou de estágio (8.º semestre lectivo) obriga à realização prévia de pelo menos 180 créditos.

10 — O número de créditos a obter em cada área científica obedece ao disposto nos quadros anexos ao plano de estudos.

5.º

Regime de equivalências

O regime de equivalências entre este plano de estudos e o plano de estudos do curso de Design de Comunicação, em vigor no ano lectivo de 2005-2006, obedecerá ao que vier a ser aprovado pelos órgãos competentes da Faculdade, constituindo-se como anexo a este Regulamento.

6.º

Regime de precedências

O regime de precedências obedece ao respectivo quadro anexo.

7.º

Regime de avaliação de conhecimentos

O regime de avaliação de conhecimentos fica sujeito ao disposto no regulamento de estudos e avaliação em vigor na Faculdade, respeitando a natureza e a modalidade das disciplinas que se encontram definidas no plano de estudos anexo, no cumprimento da legislação em vigor.

8.º

Classificação final

1 — Ao grau de licenciado é atribuída uma classificação final expressa no intervalo 10-20 da escala numérica inteira de 0 a 20, bem como o seu equivalente na escala europeia de comparabilidade de classificações.

2 — A classificação final é a média aritmética ponderada das classificações obtidas nas unidades curriculares que integram o plano de estudos do curso.

3 — A média aritmética da classificação final referida no ponto anterior resulta da aplicação dos índices de ponderação considerados em anexo.

9.º

Titulação do grau

1 — O grau de licenciado em Design de Comunicação é titulado por uma carta de curso emitida pelo órgão legal e estatutariamente competente da Universidade do Porto, com discriminação obrigatória de cada uma das unidades curriculares concluídas.

2 — A carta de curso é acompanhada de um suplemento ao diploma, elaborado nos termos e para os efeitos do Decreto-Lei n.º 42/2005.

10.º

Regime de prescrição do direito à inscrição

O regime de prescrição do direito à inscrição fica sujeito ao disposto no regulamento de estudos e avaliação em vigor na Faculdade, em observância do disposto sobre esta matéria na legislação vigente.

11.º

Condições de ingresso

As condições de acesso, matrícula e inscrição são as que forem fixadas anualmente pelos órgãos competentes da Universidade do Porto, observando-se o disposto na lei geral sobre a matéria.

12.º

Início de funcionamento

Os novos planos de estudos entrarão em funcionamento a partir do ano lectivo de 2006-2007.

13.º

Propinas

O montante das propinas será fixado anualmente nos termos da lei.

14.º

Outras disposições

Todas as questões omissas neste regulamento deverão ser resolvidas pelos órgãos da Faculdade, no respeito pelas suas competências e pela legislação em vigor.

16 de Junho de 2006. — O Reitor, *José Ângelo Novais Barbosa*.